



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. D^a Evarista de Castro Ferreira nº 360, Centro, Miracatu/SP CEP: 11850-000

www.miracatu.sp.gov.br Telefone: (13) 3847-7000

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.971, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020.

Autor: Prefeitura do Município de Miracatu

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MIRACATU PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.”

EZIGOMAR PESSOA JUNIOR, Prefeito Municipal de MIRACATU, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou nas Sessões realizadas em dois turnos, no dia 30^a Sessão Ordinária Virtual no dia 05 de dezembro de 2020 e na 2^a Sessão Extraordinária Virtual realizada no dia 18 de dezembro de 2020 e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei fixa o orçamento fiscal do Município de Miracatu para o exercício de 2.021 em R\$ 72.213.504,40 (setenta e dois milhões, duzentos e treze mil, quinhentos e quatro reais e quarenta centavos), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

Receita Tributária.....	10.149.200,00
Receita de Contribuições.....	410.000,00
Receita Patrimonial.....	47.560,00
Receita Agropecuária.....	200,00
Receita de Serviços.....	10,00
Transferências Correntes.....	67.757.104,40
Outras Receitas Correntes.....	487.180,00
Receita de Capital.....	600.000,00
(-) Deduções para Formação do Fundeb.....	-7.237.750,00
TOTAL.....	72.213.504,40

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação constante dos quadros demonstrativos de órgãos e funções de governo e por área de abrangência, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

I - POR ÓRGÃOS:	
01 – Poder Executivo	69.523.004,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. D^a Evarista de Castro Ferreira nº 360, Centro, Miracatu/SP CEP: 11850-000

www.miracatu.sp.gov.br Telefone: (13) 3847-7000

GABINETE DO PREFEITO

02 – Poder Legislativo	2.690.500,00
TOTAL	72.213.504,40

II - POR FUNÇÕES DE GOVERNO:	
01 – Legislativa	2.690.500,00
03 – Essencial a Justiça.....	577.507,00
04 – Administração	5.793.381,00
08 – Assistência Social	3.817.855,40
10 – Saúde	19.042.476,00
12 – Educação	26.368.238,00
13 – Cultura	743.306,00
15 – Urbanismo	6.253.096,00
18 – Gestão Ambiental	1.627.214,00
26 – Transporte	2.240.109,00
27 – Desporto e Lazer	340.709,00
28 – Encargos Especiais	2.319.000,00
99 – Reserva de Contingência	400.113,00
TOTAL	72.213.504,40

Art. 4º O Poder Executivo é autorizado nos termos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

I – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada no artigo 1º desta lei, observado o disposto no artigo 43, § 1º, I, II e IV, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que de acordo com a mencionada lei de regência, poderão ser bancados, com recursos do excesso de arrecadação, do superávit financeiro ou operação de créditos.

IV – realizar, durante o exercício, trocas, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada no artigo 1º desta lei, entre elementos de despesa ligados à mesma categoria de programação, com lastro no art. 43, § 1º, III, da Lei 4.320.

V – contingenciar parte das dotações, quando a receita prevista, por competência, estiver aquém da receita arrecadada.

§ 1º - a reserva de contingência, prioritariamente, deverá ser utilizada:

a) para suprir passivos contingentes ou riscos fiscais; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. D^a Evarista de Castro Ferreira n^o 360, Centro, Miracatu/SP CEP: 11850-000

www.miracatu.sp.gov.br Telefone: (13) 3847-7000

GABINETE DO PREFEITO

b) para produzir superávit orçamentário, na existência de déficit financeiro de curto prazo, visando a quitação ainda que gradual, daquele passivo de curta exigibilidade.

§ 2^o - a utilização dos recursos a que remete o §1^o, deste artigo, deverá ser realizado mediante remanejamento, observando os regramentos das diretrizes orçamentárias.

§ 3^o - o intercâmbio entre dotações dentro da mesma categoria de programação, conforme prevê o inc. IV, deste artigo, poderá ser utilizado também pelo Poder Legislativo, por ato da mesa.

§ 4^o - os institutos do remanejamento, transposição e transferência, pelo princípio da exclusividade (art. 165, § 8^o, da Constituição Federal), são disciplinados pelas diretrizes orçamentárias.

§ 5^o - créditos adicionais servem para remediar imprevistos, omissões e reforçar dotações existentes na peça orçamentária, dessa forma, despesas com pessoal, inativos, pensionistas, dívida pública, precatórios judiciais e outros, oneram, quando reforçados, a margem prévia autorizada nos incisos III e IV, deste artigo.

Art. 5^o Ficam convalidados na Lei que autoriza o PPA 2018-2021 e na Lei da LDO Lei de Diretrizes orçamentárias, novos Programas e os valores das Ações ora contemplados na presente Lei.

Art. 6^o Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1^o de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Miracatu, 18 de dezembro de 2020.

EZIGOMAR PESSOA JUNIOR
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Meire Rolim Camargo de Oliveira
Superv. de Serv. Legislativo

Esta Lei encontra-se publicada na íntegra no Mural do Paço Municipal no site www.miracatu.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. D^a Evarista de Castro Ferreira nº 360, Centro, Miracatu/SP CEP: 11850-000

www.miracatu.sp.gov.br Telefone: (13) 3847-7000

GABINETE DO PREFEITO

LEI ORÇAMENTÁRIA

ANUAL

LOA 2.021

